

CADERNOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

FUNÇÕES SINTÁTICAS

N.º 3

ÍNDICE

1. SUJEITO	5
Critérios de identificação do sujeito.....	5
Tipos de sujeito.....	6
Casos particulares.....	7
2. VOCATIVO.....	12
Critérios de identificação do vocativo	12
Casos particulares.....	13
3. COMPLEMENTO DIRETO	15
Critérios de identificação do complemento direto.....	15
Casos Particulares.....	16
4. COMPLEMENTO INDIRETO	20
Critérios de identificação do complemento indireto.....	20
Casos particulares.....	21
5. COMPLEMENTO OBLÍQUO	25
Critérios de identificação do complemento oblíquo	25
Distinção do complemento oblíquo e de modificador (do grupo verbal).....	26
Casos particulares.....	27
6. COMPLEMENTO AGENTE DA PASSIVA	30
Casos particulares.....	31
7. MODIFICADOR (DO GRUPO VERBAL).....	34
Modificador do grupo verbal vs. complemento oblíquo	34
Casos particulares.....	35
8. MODIFICADOR DE FRASE	38
Casos particulares.....	39
9. PREDICATIVO DO SUJEITO	41
Casos particulares.....	42
10. PREDICATIVO DO COMPLEMENTO DIRETO	46
11. COMPLEMENTO DO NOME.....	48
Casos particulares.....	50
12. MODIFICADOR DO NOME.....	57
Casos particulares.....	58

LISTA DE SÍMBOLOS

* Assinala a agramaticalidade da construção

[-] Assinala um constituinte omitido

1. SUJEITO

A função sintática de sujeito pode ser desempenhada por

→ um grupo nominal composto por

- ✓ um **nome** isolado ou acompanhado por determinante(s) e/ou adjetivo(s):
 - «**Os morangos** estão maduros.»
- ✓ um pronome pessoal, demonstrativo, relativo, interrogativo ou indefinido:
 - «**Ela** comprou o jornal.»
 - «**Isto** é muito importante.»
 - «Gosto das pessoas **que** sabem escutar os outros.»
 - «**Quem** está a bater à porta?»
 - «**Ninguém** me perguntou nada.»
- ✓ uma oração subordinada completiva finita
 - «Era importante **que todos participassem**.»
- ✓ uma oração subordinada completiva infinitiva
 - «Vale a pena **investir na educação**.»
 - «É bom **termos o carinho dos outros**.»

Critérios de identificação do sujeito

A identificação do sujeito faz-se recorrendo a instrumentos sintáticos de identificação, tais como os seguintes:

- ✓ o verbo concorda com o sujeito:
 - «**O João** enviou presentes aos amigos.»
 - «**Os presentes** representam a amizade de longos anos.»
- ✓ o sujeito é **substituível pelo pronome pessoal** na sua forma nominativa, **ele(a) / eles(as)** e pelo **demonstrativo isto**, no caso de o sujeito corresponder a uma oração
 - «**Ele** enviou presentes aos amigos.»
 - «É evidente **que tu vais comigo**.» / «**Isto** é evidente.»
- ✓ o sujeito responde à questão “quem?” ou “o que? / o quê?”
 - «**O João** enviou presentes aos amigos.» – Quem? – «O João»

- «Os presentes representam a amizade de longos anos.» – «O que representa a amizade ao longo dos anos? – «Os presentes»

Tipos de sujeito

O sujeito pode ser

- ✓ **determinado:** encontra-se explicitado na frase.
- ✓ **subentendido:** subentendemo-lo pela flexão da forma verbal e pelo contexto:
 - «Fiquei estupefacto!» (subentende-se o sujeito **eu**).
 - «Passámos a tarde nas livrarias.» (subentende-se o sujeito **nós**).
- ✓ **indeterminado:** nas situações em que não é possível determinar o sujeito:
 - «Dizem que a nossa seleção está em forma.» (não se pode determinar quem é o sujeito de «dizem»: alguém diz, não se sabe quem).
- ✓ **inexistente:** com verbos impessoais, como
 - os verbos referentes a **fenómenos** ou **situações da natureza**: chover, nevar, trovejar, amanhecer, anoitecer, etc.:
 - «Ontem choveu muito.» (oração sem sujeito)
- ✓ o verbo **haver** na aceção de «existir», combinado ou não com outro verbo:
 - «Hoje não há aulas.» (oração sem sujeito)
 - «Ontem houve uma serenata na minha rua.» (oração sem sujeito)
 - «Devia haver mais cuidado com a exposição aos raios solares.» (oração sem sujeito)

Casos particulares



Ambos como sujeito

Na frase «Ficámos ambos contentes», qual é o sujeito e o predicado?

Na frase apresentada, o pronome **ambos** é o sujeito, e o adjetivo **contentes**, o predicativo do sujeito.

O sujeito identifica-se pela forma verbal, que concorda com ele e por isso se encontra flexionada na 1.ª pessoa do plural. Para além disso, o adjetivo **contentes** concorda também com o nome sobre o qual incide. Veja-se como a mudança de sujeito nas frases (1) e (2) afeta a flexão do adjetivo:

(1) «**Ambos** ficámos **contentes**.»

(2) «**O João** ficou **contente**.»

Recorde-se que o pronome indefinido ou o quantificador universal¹ **ambos** pode ocorrer com o verbo flexionado na 1.ª pessoa do plural ou na 3.ª pessoa do plural:

(3) «**Ambos fizeram** este trabalho.»

(4) «**Ambas fizemos** este trabalho.»

(5) «**Ambas** as filhas **se parecem** com a mãe.»

(6) «**Ambas nos parecemos** com a nossa mãe.»

(7) «**Ambas** as cunhadas **ajudam** a sogra.»

(8) «**Ambas ajudamos** a nossa sogra.»

(9) «É preferível **lermos ambos** pelo mesmo livro.»

(10) «É preferível **lerem ambos** pelo mesmo livro.»

Fonte

Marques, C. (2020). [“O uso de ambos como sujeito frásico”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Marta, E. (2010). [“Concordância do verbo com ambos”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Ambos é quantificador universal quando acompanha um nome, como acontece nas frases (5) e (7).



O sujeito na frase «Quem sou eu?»

A palavra quem é sujeito na frase «Quem sou eu?»?

No sentido de procurar determinar as funções sintáticas dos constituintes, partiremos do princípio sintático que nos diz que constituintes que ocupem o mesmo espaço sintático desempenham a mesma função sintática. Seguindo esta ordem de pensamentos, a frase (1) pode ter como resposta a frase (2):

(1) «**Quem** sou eu?»

(2) «Eu sou **o chefe**.»

Aceitamos que o constituinte «o chefe» ocupa o mesmo espaço sintático que o pronome interrogativo **quem**, e, logo, terá a mesma função sintática.

A frase assinalada em (2) é uma oração copulativa identificadora, que se caracteriza por «identificar um indivíduo como portador de uma propriedade individual» (Raposo *et al.*, 2013, p. 1319). Neste tipo de construções copulativas, considera-se que o sintagma nominal com função de sujeito é referencial, enquanto o sintagma nominal com função de predicativo do sujeito apresenta uma propriedade única atribuída ao indivíduo referido no sujeito. Acrescenta-se nesta mesma gramática o seguinte: «As orações copulativas identificadoras são muito usadas quando um dos participantes no discurso desconhece a pessoa presente na situação de enunciação, ou que é introduzida no universo do discurso no decorrer da conversação, e pede ao seu interlocutor que lhe dê informações sobre ela» (pp. 1319-1320).

A frase (2) apresenta uma ordem dita canónica, ou seja, o sujeito surge à esquerda do verbo e o predicativo do sujeito à sua direita. De acordo com o que ficou dito, na frase (2), o pronome **eu** teria a função de sujeito e o constituinte «o chefe» a de predicativo do sujeito.

Todavia, poderemos argumentar que a frase (2) poderia também ter a forma (3):

(3) «O chefe sou eu.»

Esta possibilidade leva-nos a questionar a adequação da análise sintática feita anteriormente. A possibilidade de inverter a frase (2), convertendo-a na frase (3), mostra-nos que poderemos estar perante frases equativas, ou seja, que funcionam em espelho, situação que dificulta a identificação de funções sintáticas, pois importa determinar qual a frase que segue a ordem canónica e a que se encontra na ordem inversa no sentido de identificar as funções sintáticas dos seus constituintes.

Para clarificar a situação, poderemos adotar a proposta de Oliveira (2001). A autora propõe um conjunto de testes que permitem identificar qual a frase que se encontra na ordem canónica (e, consequentemente, identificar as funções sintáticas sujeito e predicativo do sujeito) e a que se encontra na ordem inversa (pp. 112 e ss.). Destacaremos aqui dois desses testes:

(i) **teste do foco:** nas construções canónicas, o foco prosódico pode incidir à esquerda ou à direita do verbo; nas construções com ordem inversa, o foco prosódico focaliza sempre o elemento à direita do verbo, ou seja, o sujeito. O negrito destaca o segmento pronunciado com mais intensidade:

(4) a. «O chefe sou eu ou és tu?» – «**Eu** sou o chefe.»

b. «Tu és o chefe ou o secretário?» – «Eu sou **o chefe**.»

(5) a. «O chefe sou eu ou és tu?» – «O chefe sou **eu**.»

b. «Tu és o chefe ou o secretário?» – a resposta natural será «O chefe sou **eu**.» e não «***O chefe** sou eu.»

Nas frases (4), o foco prosódico incide nos elementos ora à esquerda ora à direita do verbo, o que mostra que esta é a frase na ordem canónica. Nas frases (5), ao contrário, o foco prosódico incide sempre no elemento à direita do verbo, o que mostra que as frases estão na ordem inversa.

(ii) **teste da clivagem**¹: nas frases na ordem inversa não é possível clivar o constituinte à esquerda do verbo:

(6) a. «**Sou** eu **que** sou o chefe.»

b. *«**É** o chefe **que** sou eu.»

A impossibilidade de (b) mostra que esta é a frase com ordem inversa.

Perante os testes do foco e da clivagem, percebemos que a frase com a estrutura canónica é «Eu sou o chefe», o que implica que o pronome pessoal **eu** tem a função de sujeito e «o chefe» de predicativo do sujeito, como já tínhamos concluído anteriormente. Se estendermos esta análise à frase «Quem sou eu?», poderemos afirmar que esta é uma frase com ordem inversa, na qual **eu** tem a função de sujeito e **quem** a de predicativo do sujeito.

Relativamente a esta interpretação final, Raposo afirma: «o sujeito gramatical nas orações especificativas (i.e., com ordem inversa) continua a ser a expressão referencial, ou seja, o SN pós-verbal. O padrão de concordância que se obtém quando o SN predicativo é de 3.^a pessoa e o SN referencial é um pronome de 1.^a ou 2.^a pessoa parece confirmar esta conclusão:

(7) a. *Nós somos os amigos do João.* (ordem canónica)

b. *Os amigos do João somos nós.* (ordem inversa)» (2013, p. 1320, caixa [6])

Não obstante a posição que ficou aqui desenvolvida e que subscrevemos, refira-se que existem outras posições que defendem uma interpretação distinta da que acabámos de apresentar. Uma das análises possíveis encontra-se ilustrada, por exemplo, pela perspetiva de Bechara, que considera que o pronome **quem**, em construções copulativas semelhantes à apresentada, ocupa a função de sujeito. O facto de o verbo concordar com o predicativo do sujeito, neste caso, o pronome **eu**, é descrito, nesta mesma gramática, como uma adequação do verbo à flexão do predicativo, o que pode acontecer quando o sujeito é um dos pronomes interrogativos **que**, **quem**, **o que** (2019, pp. 452-453).

¹ A clivagem é um processo sintático que permite destacar elementos da frase através do uso do verbo **ser** e do relativo **que** ou **quem**, como em «O João é o chefe» - «O João **é que** é o chefe.»


Perante esta diversidade de visões, caberá a cada qual adotar a posição que lhe pareça mais justa e pertinente face ao fenómeno linguístico em apreço.

Fonte


Marques, C. (2019). [“O sujeito de «quem sou eu?»](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

>>> Ver também

Ciberdúvidas responde

	<p>Episódio 25</p> <p><i>Na frase «Eis que surge Álvaro Pais», qual a função sintática do constituinte «Álvaro Pais»?</i></p> <p><u>RESPOSTA</u></p>
---	--

Ciberdúvidas vai às escolas

	<p>Vídeo 12</p> <p><i>Como identificar a função sintática do pronome relativo que?</i></p> <p><u>RESPOSTA</u></p> <p>D</p>
---	--

2. VOCATIVO

Tradicionalmente, o vocativo é um constituinte isolado que se relaciona com a segunda pessoa, pois cumpre uma função apelativa que visa chamar alguém ou colocar um interlocutor em evidência:

- (1) «**Manuel**, (tu) vens comigo?»

A função sintática de vocativo pode ser desempenhada por

- ✓ um **nome simples**, antecedido ou não da interjeição **ó**:

- (2) «**(Ó) João**, telefona à tua mãe!»

- ✓ um pronome pessoal

- (3) «**Ó tu**, que passas por aqui!»

- ✓ um **grupo nominal**, que inclui, por exemplo, um determinante possessivo:

- (4) «**Ó meu amigo**, não me aborreça!»

- ✓ É possível identificar vocativos com expansões que poderão corresponder a **orações relativas** (5), a **modificadores do nome** tanto apositivos (6) como restritivos (7), como se observa nos exemplos nos quais se destaca a negrito o vocativo e se sublinha a expansão:

- (5) «**Vós**, que tendes todo o poder, deixai que a bondade vos inspire!»

- (6) «**João**, meu caro amigo, vou chegar atrasado à reunião.»

- (7) «Venham à minha festa de despedida, **ó amigos** de toda uma vida!»

Critérios de identificação do vocativo

O vocativo é uma função sintática que ocorre no plano da frase e que não tem uma relação direta com o seu núcleo, o verbo, no que se distingue dos complementos do verbo e, principalmente, do sujeito.

O vocativo é sempre separado por vírgula dos restantes elementos da frase.

O vocativo não está relacionado com a flexão verbal, uma vez que não é um complemento ou sujeito do verbo:

- (8) «**Caros amigos**, venho falar-vos de mim.» (vocativo («Caros amigos») vs. flexão verbal de 1.^a pessoa do singular)

- (9) «**Ó mãe**, o João ainda não chegou.» (vocativo («Ó mãe») vs. flexão verbal de 3.^a pessoa do singular)

- (10) «**Rita**, nós vamos ao supermercado.» (vocativo («Rita») vs. flexão verbal de 1.^a pessoa do plural)

O vocativo pode surgir numa frase em que o sujeito se encontra subentendido:

(11) «**Caros alunos**, começo a aula com este texto.»

Na frase (11), o sujeito da forma verbal «começo» encontra-se subentendido e corresponde a uma 1.^a pessoa do singular, que não se confunde com o constituinte «caros alunos», que ocupa o espaço do vocativo.

Casos particulares



O vocativo como deítico

Podemos considerar o vocativo como deítico pessoal?

A função sintática vocativo é deítica, na medida em que tem como referência a segunda pessoa (**tu**), aquela a quem o **eu** dirige o discurso, ou seja, o interlocutor.

A dêixis pessoal refere os participantes numa dada situação comunicacional. Neste âmbito, os pronomes pessoais assumem uma relevância central na medida em que a sua referência se constrói sempre em função das pessoas presentes na situação discursiva. O **eu** é a pessoa que fala, pelo que a referência do pronome será diferente de enunciação para enunciação, pois terá como referente a pessoa que usou o pronome no seu discurso; também o **tu** tem como referência a pessoa a quem o **eu** se dirige, o que significa que é necessário o contexto de enunciação para se identificar o seu referente.

O vocativo é uma função sintática que se associa a «formas que desempenham uma função apelativa, ou seja, que servem para chamar, interpelar ou invocar, identificando a pessoa a quem o falante se dirige diretamente (2.^a pessoa dêítica), quer para iniciar, quer para manter ou terminar a comunicação.» (Raposo et al., 2013, pp. 2727 – 2728).

Pelo que ficou exposto, conclui-se que a função sintática do vocativo é efetivamente deítica, na medida em que tem como referência a segunda pessoa (**tu**), aquela a quem o **eu** dirige o discurso.

Fonte

Marques, C. (2022). [“O vocativo como deítico”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

>>> Ver também

Ciberdúvidas vai às escolas



Vídeo n.º 6

O que é um deítico?

RESPOSTA

3. COMPLEMENTO DIRETO

O complemento direto é selecionado por um verbo transitivo direto e não pode ser retirado da frase.

O complemento direto pode ser um **sintagma nominal**, como em (1), uma **oração subordinada finita**, como em (2), ou ainda uma **oração subordinada infinitiva**, como em (3).

- (1) «O António comprou **o jornal diário**.»
- (2) «O António disse **que a notícia do jornal era escandalosa**.»
- (3) «O António disse **ter lido o jornal diário**.»

CrITÉRIOS de identificação do complemento direto

A maneira mais simples de identificar o complemento direto de uma frase é: quando este constituinte é um sintagma nominal, pode ser substituído pelas formas pronominais clíticas acusativas **o**, **a**, **os** e **as**, como ilustrado em (4); quando é uma oração subordinada, a sua substituição pode ser feita por um pronome clítico acusativo ou pelos pronomes demonstrativos **isto**, **isso** ou **aquilo**, como exemplificado em (5).

- (4) «O António comprou-**o**.»
- (5) «O António disse-**o/isto**.»

Tipicamente, o complemento direto de uma oração transitiva ocorre como sujeito de uma frase passiva, como se pode observar no contraste entre (6) e (7), em que (6) é uma oração ativa e, por conseguinte, o complemento direto surge a seguir ao verbo, e (7) é uma oração passiva, sendo que, neste caso, o constituinte com a função de complemento direto em (6) surge antes do verbo, ocorrendo como sujeito da frase.

- (6) «O professor recomendou **aqueles livros** na primeira aula.»
- (7) «**Aqueles livros** foram recomendados pelo professor na primeira aula.»

Do ponto de vista semântico, o complemento direto tem tipicamente as funções de **tema** e de **paciente**. Enquanto tema, designa entidades que se localizam ou que se movem, quer seja no domínio espacial básico (8), quer seja metaforicamente no domínio da posse (9) ou dos estados mentais (10).

- (8) «A Maria pôs o livro na mesa.»
- (9) «A Maria comprou o livro naquela livraria famosa.»
- (10) «Isso pôs a Maria em pânico.»

Com o valor de paciente, o complemento direto pode ser um paciente afetado, ou seja, que é de algum modo afetado por uma ação iniciada por um agente (11), ou um paciente resultante/experienciador e que se encontra ou fica num estado (12).

- (11) «A criança desenhou uma árvore.»
- (12) «Aquela notícia inquietou as pessoas.»

Casos Particulares



Complemento direto pleonástico

*Na frase «Perguntas, há-as para todos os gostos», qual é a função sintática do nome **perguntas**?*

Na frase apresentada, o nome **perguntas** desempenha a função de complemento direto.

Neste caso, estamos perante o verbo **haver**, enquanto verbo impessoal, o que quer dizer que toma o sentido de “existir”. Por conseguinte, na frase apresentada, o verbo **haver** não tem sujeito. Contudo, é um verbo transitivo e, por isso, seleciona um complemento direto que geralmente é o nome da coisa existente, podendo ser substituído por um pronome clítico acusativo, como se ilustra em (1)

(1) «Havia **questões interessantes**.» → «Havia-**as**.»

Quando o complemento direto de um verbo é repetido enfaticamente, geralmente através de um pronome clítico acusativo, com o objetivo de reforçar a mensagem e dar mais ênfase à informação veiculada por este, dá-se o nome de complemento direto pleonástico ou de redobro do complemento direto, o que acontece em (2):

(2) «**Palavras** cria-**as** o tempo e o tempo **as** mata.» (José Cardoso Pires, *O Delfim*)

A mesma situação verifica-se na frase apresentada na pergunta. Note-se ainda que as construções de complemento direto pleonástico envolvem a presença de um sintagma nominal que desempenha a função de complemento direto, seguido de um pronome clítico acusativo que o retoma, como se observa em (3):

(3) «**Perguntas**, há-**as** para todos os gostos».

Fonte

Alves, M. E. (2017). “[Complemento direto pleonástico](#)”. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Rocha, M. R. (2001). “[Complemento direto \(objeto\) pleonástico e preposicionado](#)”. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Complemento direto e preposição **a**

*Quando se usa, em português, o complemento direto introduzido pela preposição **a**?*

Regra geral, o complemento direto em português não é introduzido por preposição, quer seja um sintagma nominal quer seja uma oração subordinada.

Existem, no entanto, alguns contextos especiais em que o complemento direto é introduzido pela preposição **a**. Geralmente, os constituintes que se enquadram nesta situação surgem com verbos que exprimem sentimentos, como em (1), para evitar ambiguidades, como em (2), e quando este constituinte é anteposto, como em (3).

- (1) «Só amava **a Jorge** como amava **ao filho**.»
- (2) «Sabeis, que **ao Mestre** vai matá-lo.»
- (3) «**A homem pobre**, ninguém roube.»

O complemento direto pode também ser introduzido pela preposição **a** quando a função é desempenhada pelo pronome relativo **quem** na posição inicial de uma oração relativa, como em (4), um pronome oblíquo forte que acompanha um pronome clítico acusativo para efeitos de ênfase, como em (5), ou um tópico em posição inicial de frase, formando um grupo prosódico e que pode ser retomado por um clítico acusativo, como em (6).

- (4) «Não conheço os jovens **a quem** o João dá aulas.»
- (5) «Conheço-**os a eles**.»
- (6) «**Ao João**, nunca **o** ensinei a falar daquela maneira.»

Portanto, em português, a marcação do complemento direto por via de uma preposição corresponde sobretudo a uma estratégia estilística. Em contrapartida, em espanhol, por exemplo, observa-se que nas situações em que o complemento direto tem os traços [+animado] e [+específico] é marcado pela preposição **a**, o que não se verifica em português, como ilustra o contraste entre (7) e (8):

- (7) «Visité a mi papá.» (espanhol)
- (8) «Visitei o meu pai.» (português)

Fonte

Gama, I. (2024). [“Complemento direto e preposição a”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Rocha, C. (2021). [“Complemento direto preposicionado”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Redobro do pronome pessoal clítico

Em «vi-os aos dois» e «comprei-as a todas», qual é a função sintática dos constituintes «aos dois» e «a todas»?

Os constituintes em apreço desempenham a função sintática de complemento direto.

Estamos, no entanto, perante um caso particular de sintaxe designado redobro do clítico (ou complemento direto pleonástico). Este fenómeno caracteriza-se pela possibilidade de apresentar dois constituintes com a mesma função sintática, sendo o redobro do clítico feito por um pronome forte, como acontece em (1) e (2), onde se destacam os constituintes com a mesma função:

- (1) «Eu vi-**o a ele**.»
- (2) «Ele deu-**me a mim**.»

Estes pronomes que fazem o redobro podem ocorrer isoladamente, como acontece nas frases anteriores, ou com uma expressão de quantificação, como a que se destaca em (3) e (4):

- (3) «Eu vi-**os a eles os dois**.»
- (4) «Eu comprei-**as a elas todas**.»

Ora, nesta situação de quantificação, os pronomes podem ser omitidos, como acontece nas frases apresentadas pelo consulente, aqui transcritas em (5) e (6):

- (5) *«Eu vi-os a [-] os dois.»
- (6) *«Eu comprei-as a [-] todas.»

Fonte

Marques, C. (2021). [“Redobro do pronome pessoal e terminologias gramaticais”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

>>> Ver também

Ciberdúvidas vai às escolas



Vídeo 12

*Como identificar a função sintática do pronome relativo **que**?*

RESPOSTA

Vídeo 20

*Os pronomes **me** e **te** podem ser complemento direto e indireto. Como se distinguem?*

RESPOSTA

4. COMPLEMENTO INDIRETO

A função sintática de complemento indireto é desempenhada por um

→ **grupo preposicional** introduzido pela preposição **à**:

(1) «Ela ofereceu um presente **à amiga**.»

→ **pronome** no caso dativo (**lhe** / **lhes**):

(2) «Ela ofereceu-**lhe** um presente.»

→ uma **oração subordinada substantiva relativa** (sem antecedente) introduzida pela preposição **a**:

(3) «Ela ofereceu um presente **a quem ganhou a competição**.»

Critérios de identificação do complemento indireto

A identificação do complemento indireto pode socorrer-se de instrumentos sintáticos de identificação, tais como:

→ pergunta iniciada por «**a quem**»:

(4) «**A quem** é que ela ofereceu um presente?» / «**À amiga**.»

→ presença da preposição **a**¹ a introduzir um constituinte²:

(5) «Eu contei a verdade **aos meus amigos**.»

→ substituição pelo pronome dativo **lhe**:

(6) «Ela vendeu um colar **aos turistas**.» / «Ela vendeu-**lhes** um colar.»

O complemento indireto é um constituinte pedido pelo verbo³ e pode assumir os seguintes valores (papéis temáticos), entre outros possíveis:

→ destinatário (7) ou beneficiário (8):

(7) «Atirei a bola **ao João**.»

(8) «Os pais compraram um livro **ao João**.»

→ origem (9):

(9) «O António tirou o livro **ao João**.»

¹ Nem todos os constituintes introduzidos pela preposição **a** desempenham a função de complemento indireto. É condição necessária que o constituinte possa ser substituído pelo pronome pessoal dativo (**lhes**). Cf. Ficha n.º 2 – Complemento direto e Ficha n.º 5 – Complemento oblíquo

² Cf. casos particulares na página seguinte.

³ Cf. casos de dativo ético e dativo de interesse, que não constituem argumentos do verbo.

Casos particulares



«Obedecer a»

*Qual a função sintática do constituinte que acompanha o verbo **obedecer** em casos como «obedecer a algo» ou «obedecer a alguém»?*

Os constituintes preposicionados que acompanham o verbo **obedecer** desempenham a função de complemento indireto.

O verbo **obedecer** é um verbo transitivo indireto que se constrói com complemento indireto. Tal é confirmado pela possibilidade de substituição do constituinte preposicionado pelo pronome dativo **lhe**:

- (1) «O João obedeceu **à mãe**.»
- (2) «O João obedeceu **-lhe**.»

Recordemos ainda que tipicamente o constituinte com a função de complemento indireto corresponde a uma entidade humana:

- (3) «Dei uma prenda **à Joana**.»
- (4) «Atirei a bola **ao João**.»

Todavia, o verbo **obedecer** tem a particularidade de aceitar constituintes não humanos como complemento indireto, tal como se observa em (5):

- (5) «Todos temos de obedecer **à lei portuguesa**.»

Este é um caso particular, que também ocorre com verbos como **desobedecer**, **resistir** e **sobreviver**.

Fonte

Marta, E. (2010). «[A sintaxe de obedecer, novamente](#)». Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



«Prestar atenção»

Na frase «Elas prestam atenção a tudo», o constituinte «a tudo» é um complemento oblíquo, um complemento indireto ou um complemento do nome?

O constituinte «a tudo» desempenha a função sintática de complemento indireto.

A frase apresentada tem a particularidade de incluir um predicador complexo, constituído por um verbo leve¹ (ou de suporte) e um constituinte nominal, «atenção». Esta expressão caracteriza-se inclusive por um certo grau de cristalização.

Embora **prestar** funcione como verbo leve, não deixa de manter as propriedades de seleção argumental características do verbo pleno² pelo que, na frase (1), o constituinte «a tudo» tem a função de complemento indireto, tal como o terá o constituinte «ao João e ao António», na frase (2), ou «ao programa de televisão», na frase (3):

- (1) «Elas prestam atenção **a tudo**.»
- (2) «Elas prestam atenção **ao João e ao António**.»
- (3) «Elas prestam atenção **ao programa de televisão**.»

Os constituintes «ao João e ao António» e «ao programa de televisão» podem ser substituídos pelo pronome **lhe(s)**:

(2a) «Elas prestam-**lhes** atenção.»

(3a) «Elas prestam-**lhe** atenção.»

Na frase (1), a substituição do pronome **tudo** pelo pronome **lhe** produz um resultado estranho, que se deve à semântica de **tudo** e ao facto de estarmos a substituir um pronome por outro. Não obstante, o princípio sintático que nos diz que num mesmo espaço sintático o constituinte desempenha sempre a mesma função sintática aponta para o facto de «a tudo» ter a função de complemento indireto.

Fonte

Marques, C. (2019). [«A identificação do complemento indireto na frase «prestam atenção a tudo»»](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Os verbos leves são aqueles que sofrem um processo de esvaziamento semântico, que lhes retira parte do seu sentido básico. Os verbos com estas características não funcionam sozinhos, seleccionando por essa razão um constituinte nominal que forma com eles um predicador complexo. Verbos como **dar** (como em «dar animação») ou **ter** (como em «ter lucro») são exemplos de verbos leves (cf. Raposo et al., 2013, p. 1214).

² Este comportamento dos verbos leves é descrito em Raposo et al. (2013, pp. 1215-1216).



Função sintática de «a mim»

Qual a função sintática de «a mim» na frase «Os meus pais levavam-me a mim.»?

Na frase apresentada em (1), está presente um caso de redobro do clítico, pelo que os constituintes «me» e «a mim» desempenham ambos a função de complemento indireto.

(1) «Os meus pais levavam-**me a mim**.»

Dá-se o nome de redobro de clítico a uma construção duplamente preenchida por um elemento fonologicamente dependente (um pronome clítico) e por um pronome forte, introduzidos pela preposição **a**, como em (2):

(2) «Escreveram-**te a ti**.»

Note-se que, em termos sintáticos, tanto o clítico como o pronome de redobro desempenham a mesma função sintática. O constituinte que redobra o clítico recebe um acento prosódico mais forte e permite a existência de uma focalização, o que o clítico, por ser uma forma fraca, não permite.

O redobro do clítico também ocorre nas situações em que existem constituintes coordenados. O clítico não aceita coordenação, como se observa em (3):

(3) *«Eles levam-me e te.»

Por esta razão, para que uma coordenação de constituintes seja possível, recorre-se ao redobro do clítico. No caso da frase (1), seria possível coordenar a estrutura «a mim» com o constituinte «à minha irmã», que não poderia coordenar-se com o pronome clítico **me**:

(4) «Os meus pais levavam-me a mim e à minha irmã.»

Fonte

Marques, C. (2024). [“Redobro do clítico: «Levavam-me a mim e à minha irmã»”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

»»» Ver também

Ciberdúvidas responde



Vídeo 33

*Na frase «Os amigos do pai pegavam-lhe ao colo», qual a função sintática do pronome **lhe**?*

[RESPOSTA](#)

Ciberdúvidas vai às escolas



Vídeo 20

*Os pronomes **me** e **te** podem ser complemento direto e indireto. Como se distinguem?*

[RESPOSTA](#)

5. COMPLEMENTO OBLÍQUO

O complemento oblíquo é um constituinte composto

→ por um grupo preposicional

(1) «A Rita vai **a Lisboa**.»

→ por um constituinte com valor de quantificação

(2) «O bolo custa **dez euros**.»

Critérios de identificação do complemento oblíquo

O complemento oblíquo não pode ser substituído pelos pronomes átonos **-o(s)/-a(s)** ou **-lhe(s)**:

(3) «O António vive **em Madrid**.»

(4) *«O António viveu-**o**.»

(5) *«O António vive-**lhe**.»

O complemento oblíquo é um constituinte selecionado por um verbo transitivo indireto ou transitivo direto e indireto, pelo que não pode ser omitido da frase. Pode ter valores (papéis temáticos) como os seguintes, entre outros possíveis:

→ **lugar** (onde, para onde, de onde, ...)

(6) «O Sebastião mora **em Coimbra**.»

→ **paciente afetado**

(7) «A Antónia zangou-se **com os filhos**.»

→ **beneficiário**

(8) «Sacrifiquei-me **pelos meus leitores**.»

→ **origem**

(9) «A Maria suspeitou **do João**.»

Distinção do complemento oblíquo e de modificador (do grupo verbal)

Para distinguir um constituinte com função de complemento oblíquo de um com função de modificador do grupo verbal, podem usar-se dois testes, que verificam se é possível afastar o constituinte do verbo, permanecendo a construção gramatical, ou se este afastamento determina uma construção agramatical. São eles o **teste da pergunta-resposta** e o **teste de clivagem**. Nos casos em que for possível afastar do verbo o constituinte sobre o qual incide o teste, tal significa que ele desempenha a função de modificador. Se se verificar que não é possível afastar o constituinte do verbo, ele desempenha a função de complemento oblíquo.

Observe-se o exemplo a partir da frase (10):

(10) «A Joana vai **a casa do Rui**.»

→ Teste pergunta-resposta:

10 a) P: «O que é que a Joana faz à casa do Rui?»

R: *«Vai.»

→ Teste de clivagem:

10 b) «É ir a casa do Rui que a Joana faz?»

10 c) «É ir que a Joana faz a casa do Rui?»

Os testes mostram que o constituinte «a casa do Rui» não pode ser afastado do verbo **ir** (cf. frases 10 a) e 10 c), o que indica que é complemento do verbo (ou seja, é complemento oblíquo, e não modificador do grupo verbal). O facto de precisar de ficar perto do verbo, que se observa em 10 b), comprova também esta interpretação.

Casos particulares



Verbos *prolongar-se*, *chegar* e testes de identificação

Na frase «O julgamento das personagens prolongou-se por várias cenas», o constituinte «por várias cenas» será complemento oblíquo?

Ainda na frase «Os cavaleiros chegaram da guerra», o constituinte «da guerra» será complemento oblíquo?

Apliquemos os testes da pergunta-resposta e de clivagem:

(i) Teste pergunta-resposta:

(1) P: «O que é que o julgamento das personagens fez por várias cenas?»

R: *«Prolongou-se.»

P: «O que é que o julgamento das personagens fez?»

R: «Prolongou-se por várias cenas.»

(2) P: «O que é que os cavaleiros fizeram da guerra?»

R: *«Chegaram.»

P: «O que é que os cavaleiros fizeram?»

R: «Chegaram da guerra.»

(ii) Teste de clivagem:

(3) «É prolongar-se por várias cenas que o julgamento faz?»

*«É prolongar-se que o julgamento faz por várias cenas?»

(4) «É chegar da guerra que os cavaleiros fazem?»

*«É chegar que os cavaleiros fazem da guerra?»

Os testes mostram que em ambas as situações o verbo mantém uma relação estreita com o sintagma preposicional que o acompanha, não sendo possível o afastamento destes constituintes.

O verbo **prolongar-se** seleciona um constituinte que indica a quantidade de tempo do evento, enquanto o verbo **chegar** seleciona um constituinte que indica o lugar de origem da situação descrita. Ambos os constituintes selecionados pelos verbos têm, portanto, a função de complemento oblíquo.

Fonte

Marques., C. (2020). [“Os complementos oblíquos de prolongar-se e chegar”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Verbo *recorrer*

Vi um exercício de gramática que suscitou uma dúvida. No exercício pedia que se sublinhasse o complemento oblíquo: «Sempre que tem problemas, a Mónica recorre aos pais.»

No exercício era pedido que se substituísse o complemento oblíquo por um pronome (precedido de preposição). Nas soluções aparecia «Sempre que tem problemas, a Mónica recorre a eles.»

É possível dizer-se/escrever-se "recorre-lhes"? Se sim, não seria de considerar que "aos pais" é complemento indireto?

O constituinte «aos pais» desempenha a função sintática de complemento oblíquo.

O verbo **recorrer** pode construir-se com a sequência «a + pronome pessoal», como em (1), mas não aceita ser seguido de pronome pessoal clítico¹, como se verifica pela inaceitabilidade de (2):

(1) «Sempre que tem problemas, a Mónica recorre **a eles**.»

(2) *«Sempre que tem problemas, a Mónica recorre-**lhes**.»

A inaceitabilidade da construção do verbo com pronome **lhe** é confirmada por Raposo et al., que aponta que «a impossibilidade de *o Miguel recorreu-lhes ou *obriguei-lhe o João mostra que o complemento [«o Miguel recorreu a eles»] não é indireto»² (2013, p. 1172), e por Luft, que também esclarece que se diz «*recorrer a ele* (não **recorrer-lhe*)» (2009, p. 438), entre outros.

Estas descrições indicam que o constituinte «aos pais» tem a função de complemento oblíquo e não de complemento indireto (que aceita ser substituído pelo pronome **lhe(s)**)¹.

Fonte

Marques., C. (2023). [“A sintaxe do verbo *recorrer*”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Note-se, porém, que, em certos contextos, o complemento oblíquo aceita ser substituído pela forma **lhe**.



Na frase «Ele falou aos amigos», o constituinte «aos amigos» desempenha a função sintática de complemento indireto. E qual é a função sintática de «com os amigos» na frase «Ele falou com os amigos», visto que pode ser substituído por -lhes?

O verbo **falar** pode reger preposições como as seguintes (Nunes & Sardinha, 1999):

- ✓ **a** — «A Maria falou [aos amigos]/-lhes.»
- ✓ **com** — «A Maria falou com [o porteiro]/ele.»
- ✓ **de** — «A Maria falou-me de ti.»
- ✓ **em** — «A Maria falou-me em ti.»
- ✓ **para** — «A Maria falou para os amigos.»
- ✓ **por** — «A Maria falou pelo irmão.»
- ✓ **sobre** — «A Maria falou sobre as suas férias.»

Recordemos que o complemento oblíquo é selecionado pelo verbo e pode assumir a forma de grupo preposicional. Neste caso não é substituível pelo pronome pessoal na forma dativa **lhe**/ **lhes** (exemplos do *Dicionário Terminológico*):

(5) «O João gosta [de bolos].»/ *«O João gosta-lhes.»

O pronome dativo **lhe** substitui muitas vezes um complemento indireto introduzido pela preposição **a**, conforme o exemplo, em que o verbo **falar** significa «cumprimentar», tendo regência com a preposição **a**:

(6) «Eu falei à Ana.» / «Eu falei-lhe.»

No entanto, quando **falar** tem regência construída com a preposição **com**, assumindo as aceções de «dirigir-se a (alguém)», «dialogar», «conversar», acontece que o complemento oblíquo pode ser substituído pelo pronome **lhe**:

(7) «Eu falei com o João.» / «Eu falei com ele.» / «Eu falei-lhe.»

Trata-se de uma possibilidade que Bechara (2002) descreve dizendo que pronomes pessoais átonos podem substituir aquilo a que o gramático chama adjuntos adverbiais (p. 181), por exemplo, em casos como o de **ralhar**:

(8) «Ralhou com ele.» / «Ralhou-lhe.»

Outros verbos que admitem **lhe** em substituição dos seus complementos oblíquos são **bater** e **fugir**: «bater nele» / «bater-lhe»; «fugir dele» / «fugir-lhe».

Fonte

Viana, C. (2011). [“O pronome *lhe* e o complemento oblíquo”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

6. COMPLEMENTO AGENTE DA PASSIVA

O complemento agente da passiva é o complemento que designa a entidade — uma pessoa, um animal, uma coisa, uma abstração — cuja ação afeta de alguma maneira outra entidade, a que é referida pelo sujeito da frase, que no exemplo (1) é «este texto». Neste exemplo, «por um filósofo» é o agente da ação de escrever certo texto, ou seja, o seu autor.

(1) «Este texto foi escrito por um filósofo.»

Uma frase passiva pressupõe uma frase ativa. No caso de (1), a frase ativa correspondente é a que se apresenta em (2):

(2) «Um filósofo escreveu este texto.»

Esta correspondência é possibilitada por verbos como **escrever**, que em frases ativas selecionam um complemento direto e são denominados verbos transitivos diretos.

Repare-se que o sujeito de uma frase ativa se converte no complemento agente da passiva numa frase passiva; e o complemento direto de uma frase ativa passa a constituir o sujeito de uma frase passiva, conforme se indica na Figura 1.

Figura 1 — Estruturas da frase ativa e da frase passiva

	sujeito	predicado		
		Verbo	complemento direto	complemento agente da passiva
frase ativa	<i>Um filósofo</i>	<i>escreveu</i>	<i>este texto.</i>	
frase passiva	<i>Este texto</i>	<i>foi escrito</i>		<i>por um filósofo.</i>

Na figura 1, o sujeito da frase ativa, «um filósofo», torna-se o complemento agente da passiva na frase passiva, ou seja, «por um filósofo». Quanto ao complemento direto da frase ativa, «este texto», aparece como sujeito da frase passiva («este texto foi escrito»).

Refira-se ainda que o complemento agente da passiva é formado por um grupo preposicional. Na frase (1), o agente da passiva é introduzido por **por**, que é a preposição mais corrente na formação do agente da passiva. Não obstante, mais raramente, a preposição **de** é igualmente usada:

(3) «A cidade foi destruída por forças especiais.»

(4) «A situação era conhecida de todos.»

Importa ainda assinalar que o agente da passiva não é de realização obrigatória:

(5) «A cidade foi destruída.»

Em (5), apenas se regista a destruição da cidade, e omite-se a referência ao agente da destruição.

Fonte

Rocha, M. R. (2001). «Agente da passiva». Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Casos particulares



Passiva sintética e verbos transitivos

A frase «inocentou-se aquele réu» é uma passiva sintética. A minha dúvida é a seguinte: se a frase não tem complemento direto, por que razão o verbo continua a ser classificado como transitivo direto na frase passiva?

Os verbos transitivos típicos selecionam um constituinte com o papel temático de paciente, que desempenha a função sintática de complemento direto, e um outro constituinte que tem o papel temático de agente e que desempenha a função sintática de sujeito.

(1) «O juiz inocentou aquele réu.»

Uma das características dos verbos transitivos é o facto de poderem assumir uma forma passiva sintática e, paralelamente a esta, uma passiva de **-se**. Assim, uma frase passiva sintática (2) caracteriza-se por o complemento direto passar a ocupar a função de sujeito, ao passo que este último passa a ter a função de complemento agente da passiva:

(2) «Aquele réu foi inocentado pelo juiz.» (passiva sintática)

Esta construção é considerada transitiva passiva.

Estes verbos podem também surgir em passivas de **-se**, nas quais o verbo ocorre sempre na 3.^a pessoa e concorda em número com o constituinte que passa a desempenhar a função de sujeito:

(3) «Inocentou-se aquele réu.» (passiva de **-se**)

Estas construções têm um traço de indeterminação relativo ao sujeito, não sendo compatíveis com a presença de complemento agente da passiva. O verbo é considerado transitivo passivo, pois mantém a necessidade de um complemento direto.

Podemos ainda referir que a construção apresentada em (3) é ambígua porque pode também ser considerada uma construção de **se** impessoal, a qual é uma fase ativa marcada por um traço de indeterminação, como em (4):

(4) «Diz-se que o réu foi inocentado.» (= «Alguém diz»)

Assim, a frase (3) pode ser considerada uma passiva de **-se**, em que o verbo é transitivo passivo ou uma construção de **se** impessoal, em que o verbo é transitivo. Neste caso, o sujeito tem referência indeterminada (= alguém) e «aquele réu» terá função de complemento direto.

Fonte

Marques, C. (2023). [“Passiva sintética e verbos transitivos”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Complemento do adjetivo vs. agente da passiva

*Como distinguir claramente o complemento do adjetivo introduzido pela preposição **por** do complemento agente da passiva em orações participiais sem o verbo auxiliar (**ser**) expresso?*

Considerando, por exemplo, as frases:

- i) «Cresci acompanhado por uma frase silenciosa.»*
- ii) «Segundo a cronologia feita por Pessoa, Alberto Caeiro nasceu em 16 de abril de 1889, em Lisboa.»*
- iii) «A poesia de Pessoa mostra-nos sujeitos dilacerados pela angústia de se sentirem conscientes da sua consciência.»*
- iv) «A poesia de Caeiro anula o núcleo metafísico do universo poético pessoano, obsessivamente dominado pela ausência de sentido que vê em tudo.»*

*Diria que na frase i) o constituinte iniciado por **por** constitui um complemento do adjetivo, mas, relativamente às restantes, tenho reservas.*

A minha grande dúvida reside no facto de, nas construções passivas participiais, o verbo principal no particípio se assemelhar a um adjetivo, pelo que o segmento que se lhe segue, embora semanticamente possa sugerir o agente da ação, funciona sintaticamente como complemento do adjetivo. Como se pode identificar inequivocamente cada um dos complementos?

Os participípios passados podem ser empregados como modificadores do nome:

- (1) «A cronologia feita pelo historiador está incompleta.»

Em casos como (1), o particípio passado («feita») tem associado um agente da passiva. Não se trata de um complemento do adjetivo porque a expressão de particípio passado pode ser expandida como frase passiva inserida numa construção relativa:

- (2) «A cronologia (que foi feita) pelo historiador está incompleta.»

Além disso, a expressão de particípio passado encontra equivalente numa frase ativa:

- (3) «A cronologia que o historiador fez está incompleta.»

Fonte

Marques, C. (2019). [“Complemento do adjetivo vs. agente da passiva”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Frase passiva de “se”: sujeito ou complemento agente da passiva?

Qual é a flexão correta no exemplo dado, «veja-se», ou «vejam-se»?

«Veja-se as seguintes transcrições doutrinárias» ou
«Vejam-se as seguintes transcrições doutrinárias».

Com verbos transitivos diretos, como **escrever**, **destruir**, **fazer**, entre outros, é possível empregar o verbo na forma ativa e associar-lhe o pronome pessoal **se**. A frase tem sentido passivo:

(1) «Escreveu-se este texto.»

O exemplo (1) constitui uma frase passiva equivalente à construção «este texto foi escrito», mas, estruturalmente, a sua construção é diferente:

- ✓ o sujeito sintático da frase é a expressão nominal com a qual o verbo concorda — no caso de (1), «este texto»;
- ✓ o verbo mantém a forma usada na frase ativa («escreveu») e passa a ter associado o pronome apassivador **se**, que indica um agente da passiva indeterminado, interpretável como «alguém».

Se o sujeito de uma frase como (2) tiver por núcleo um nome no plural, o verbo concorda e fica também no plural:

(2) «Escreveram-se estes textos.»

Em (2), o verbo **escrever** passa ao plural porque tem de concordar com o sujeito sintático, que é «estes textos» e está no plural.

Observe-se, porém, que é aceitável uma outra construção em que **se** funciona como sujeito indeterminado, equivalendo a **alguém**, e o verbo surge no singular:

(3) «Vende-se casas.»

Em (3), o pronome **se** tem a função de sujeito, equivalente a **alguém**, e a concordância verbal faz-se no singular. Neste contexto, um grupo nominal como «casas» tem a função de complemento direto. Este uso é discutível, quando se fala de verbos transitivos diretos, mas com verbos intransitivos e transitivos indiretos não suscita reservas. É, portanto, indiscutivelmente correto dizer ou escrever «aqui nada-se sem perigo», em que ao verbo intransitivo **nadar** se liga o pronome **se**, e «gosta-se de todo o chocolate».

Fonte

AAVV (2012). [“Função sintática de «se»: sujeito ou complemento agente da passiva?”](#) Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

7. MODIFICADOR (DO GRUPO VERBAL)

O constituinte com função de modificador não é selecionado pelo verbo, pelo que a sua presença não é necessária para que a frase seja gramatical ou interpretável.

Se compararmos as frases (1) e (2), verificamos que em ambas está presente o grupo preposicional «no Porto». Todavia, só na primeira frase, poderemos omitir este constituinte.

(1) «A Joana foi ao teatro [no Porto](#).»

«A Joana foi ao teatro.»

(2) «O António vive [no Porto](#).»

*«O António vive.»

A possibilidade de omissão do constituinte deve-se à função sintática que ele desempenha na construção. Assim, no primeiro caso, estamos perante um modificador do grupo verbal, pelo que, não sendo um constituinte selecionado pelo verbo, pode ser omitido da frase. Já no caso da frase (2), o constituinte não pode ser omitido, pois é selecionado pelo verbo, pelo que desempenha a função de complemento oblíquo.

Modificador do grupo verbal vs. complemento oblíquo

A identificação da função do modificador do grupo verbal (e sua distinção do constituinte com função de complemento oblíquo) pode ser feita por meio da estrutura «O que + sujeito + fez + foi + grupo verbal» (construção pseudoclivada). Veja-se a sua aplicação à frase (1):

(1a) «O que a Joana fez foi ir ao teatro [no Porto](#).»

(1b) «O que a Joana fez [no Porto](#) foi ir ao teatro.»

(1c) *«O que a Joana fez ao teatro foi ir no Porto»

A construção pseudoclivada incide sobre o grupo verbal, permitindo separar os complementos do verbo dos seus modificadores. Esta estrutura permite que se afaste do verbo o modificador, colocando-o antes do verbo **ser**, tal como observamos em (1b). Tal não é possível com os complementos do verbo, como se observa por meio da agramaticalidade da frase (1c), cujo problema reside no facto de se ter separado o constituinte «ao teatro» do verbo **ir**, do qual é dependente.

Casos particulares



Modificador e grupo móvel

*Li no manual do meu filho que o modificador faz parte do predicado.
Achei curioso e até caricato, já que é um grupo móvel.*

O modificador do grupo verbal integra o predicado, uma função sintática que se define ao nível da frase e que pode incluir no seu interior o verbo e todos os seus complementos e modificadores.

Deste modo, o predicado pode resumir-se em exclusivo à forma verbal, no caso de um verbo intransitivo, como por exemplo o verbo **tossir**:

(1) «Ele tossiu.»

Em (1), o predicado é composto por **tossiu**.

Noutras frases, o predicado pode incluir um conjunto alargado de constituintes:

(2) «Ele escreveu imediatamente uma carta à Joana naquela tarde cheia de sobressaltos.»

Em (2), o predicado é composto pela forma verbal **escreveu**, pelo complemento direto («uma carta»), pelo complemento indireto («à Joana») e por dois modificadores do grupo verbal («imediatamente» e «naquela tarde cheia de sobressaltos»).

É importante referir ainda que o modificador do grupo verbal pode surgir em qualquer lugar da frase: no seu início (3), no seu interior (4) ou no seu final (5):

(3) «**Ontem**, leu o jornal.»

(4) «Leu, **ontem**, o jornal.»

(5) «Leu o jornal **ontem**.»

A designação «grupo móvel» é utilizada, por vezes, no 1.º ciclo, mas é importante compreendermos que não existe nenhuma função sintática com esta designação e que ela pode referir-se a constituintes que desempenham funções sintáticas distintas, pelo que não é um conceito rigoroso no domínio da sintaxe.

Fonte

Marques, C. (2019). “Modificador do grupo verbal, predicado e grupo móvel”. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Verbo **arrancar** e modificador do grupo verbal

*Na frase «Ele foi arrancado de casa **à noite**», confirma-se que o segmento destacado corresponde a um modificador do grupo verbal?*

O constituinte «à noite» desempenha a função sintática de modificador (do grupo verbal).

A frase transcrita em (1), que se encontra na forma passiva, tem como forma ativa a frase (2):

- (1) «Ele foi arrancado de casa à noite.»
- (2) «[O João]¹ arrancou-o de casa à noite.»

O verbo **arrancar** não pede como complemento um constituinte que forneça informação sobre o tempo, pelo que o constituinte «à noite» não é necessário para assegurar a gramaticalidade da frase. Para o comprovar, poderemos usar os testes que permitem distinguir um constituinte com função de complemento oblíquo de um com função de modificador do grupo verbal. Apliquemo-los à frase (2):

(i) Teste pergunta-resposta:

P: «O que é que o João fez à noite?»

R: «Arrancou-o de casa.»

P: «O que é que o João fez de casa?»

R: *«Arrancou-o à noite.»

(ii) Teste de clivagem:

«Foi à noite que o João o arrancou de casa?»

*«Foi de casa que o João o arrancou à noite?»²

Ambos os testes permitem verificar se é possível afastar o constituinte do verbo ou se este afastamento determina uma construção inaceitável. No caso da frase (2), os testes mostram que o constituinte «à noite» pode ser afastado do verbo **arrancar**, pelo que não se trata de um complemento do verbo (ou seja, não é complemento oblíquo, mas antes modificador do grupo verbal.)

Fonte

Marques, C. (2024). [“Modificador do grupo verbal: «foi arrancado à noite»”](#). *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*.

¹ Introduzimos um sujeito explícito para facilitar a análise.

² Exclui-se aqui a leitura metafórica da expressão «arrancar alguém à noite».



«Usar para»

Na frase «O vapor é inglês, usam-no para atravessar o Atlântico», o segmento «para atravessar o Atlântico» classifica-se como modificador do grupo verbal, ou trata-se de um complemento oblíquo?

O constituinte «para atravessar o Atlântico» desempenha a função de modificador do grupo verbal.

Para distinguir a função de complemento da função de modificador, podemos usar o teste pergunta-resposta. À frase em análise, coloca-se uma questão com a estrutura «O que é que SUJ fez OBL?»¹. Os constituintes que são complementos do verbo não podem ocorrer nesta interrogativa, sendo a resposta mínima não redundante constituída pelo verbo e seus complementos. Assim tomando a frase (1), a aplicação do teste evidencia o constituinte que pode aparecer na pergunta e que não aparece numa resposta redundante:

(1) P: «O que é que eles fazem para atravessar o Atlântico?»

R: «Eles usam o vapor.»

Recordemos, adicionalmente, que o constituinte «para atravessar o Atlântico» pode ser suprimido da frase sem provocar agramaticalidade, como se observa em (2), respetivamente:

(2) «Eles usam o vapor.»

Assim, observando os testes, conclui-se que o constituinte «para atravessar o Atlântico» desempenha a função de modificador do grupo verbal.

Não obstante, indo para além do que se prevê no *Dicionário Terminológico*, há que ter consciência de que existem situações em que, por vezes, a distinção das funções de complemento oblíquo e modificador do grupo verbal envolve ambiguidades. A frase apresentada pode incluir-se nestas situações, porque, por um lado, o verbo **usar** pode surgir como verbo transitivo direto e indireto. No entanto, tal como se regista em Celso Luft (2009), o complemento oblíquo poderá não ser obrigatório. Há situações em que o verbo pede um argumento que não é obrigatório. Este será um caso de complemento opcional². Ora, esta interpretação pode ser aplicada ao constituinte «para atravessar o Atlântico», que poderia, neste caso, ser classificado como um complemento oblíquo opcional.

Fonte

Marques, C. (2024). [“O verbo usar e o modificador do grupo verbal”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Teste proposto em Mateus et al., 2003, p. 295. SU = sujeito e OBL = complemento oblíquo.

² Recorde-se que esta não é uma situação prevista no *Dicionário Terminológico*, pelo que esta abordagem não é possível no ensino não universitário.

8. MODIFICADOR DE FRASE

O modificador de frase é uma função sintática que se caracteriza por incidir sobre toda a frase. Distingue-se do modificador do grupo verbal, que incide apenas sobre o verbo e seus complementos e, eventualmente, seus outros modificadores. Tal como os restantes modificadores, não é selecionado por nenhum elemento da frase, o que implica que a sua omissão não prejudicará a gramaticalidade ou o sentido da construção.

A função sintática de modificador pode ser desempenhada por um advérbio (1) ou uma oração (2):

(1) «**Claramente**, ele gosta de ficar em casa no período de outono.»

(2) «**Quando tiveres terminado o trabalho**, passa pelo supermercado.»

Identificação do modificador de frase

O modificador de frase incide sobre toda a frase e não pode ser negado nem interrogado. Observe-se a frase (3):

(3) «**Provavelmente**, vai chover.»

Provavelmente não pode ser negado nem interrogado, pois as frases que se geram são agramaticais:

(3a) *«É provavelmente que vai chover?»

(3b) *«Não provavelmente mas efetivamente vai chover.»

Por seu turno, o modificador de grupo verbal incide sobre o grupo verbal e distingue-se do modificador de frase porque pode ser interrogado e negado:

(4) «**Hoje** vai chover.»

(4a) «É hoje que vai chover?»

(4b) «Vai chover não hoje mas amanhã.»

Casos particulares



Modificador do grupo verbal vs. modificador de frase

Não percebo a diferença dos dois exemplos relativamente à função dos constituintes sublinhados:

«Talvez os compradores estivessem certos.» – modificador de frase

«Nunca tanta pressa vi.» – modificador de grupo verbal»

***Talvez** não seria também, tal como **nunca**, um modificador de grupo verbal, dado que também não é demarcado por uma vírgula?*

Distinguímos o modificador do grupo verbal do modificador de frase pelo comportamento dos constituintes na frase. O modificador do grupo verbal integra a função sintática de predicado, pelo que se relaciona diretamente com o verbo do sintagma verbal em que se inclui. Note-se que o predicado é uma função sintática que se define ao nível da frase e que pode incluir no seu interior o verbo e todos os seus complementos e modificadores.

O modificador do grupo verbal tem a característica específica de poder ser interrogado e negado. Vejamos o que acontece na frase transcrita em (1):

- (1) «Nunca tanta pressa vi.» / «Todos os dias vi pressa.»
(1a) «Foi nunca que viste tanta pressa?» «Foi todos os dias que vi pressa?»
(1b) «Vi tanta pressa não nunca mas sempre.» / «Vi pressa não todos os dias mas à segunda-feira.»

Refira-se que, neste caso particular, os testes resultam em frases algo estranhas, o que se deve ao valor negativo do advérbio **nunca**. No entanto, o constituinte **nunca** admite os testes, o que se conclui pela frase de controlo em que se colocou no lugar de **nunca** o constituinte «todos os dias», com o qual os testes produzem frases mais naturais.

O modificador de frase, por seu turno, incide sobre a frase na sua totalidade e não apenas sobre o predicado. Distingue-se do modificador do grupo verbal por não admitir ser negado nem interrogado. Veja-se a aplicação do teste à frase transcrita em (2):

- (2) «Talvez os compradores estivessem certos.»
(2a) *«Foi talvez que os compradores estivessem certos?»
(2b) *«Não talvez mas certamente os compradores estivessem certos.»

Como se pode observar, os testes não se aplicam à frase (2), o que se deve ao facto de **talvez** não estar a incidir sobre o grupo verbal, mas sobre toda a frase.

Fonte

Marques, C. (2024). [“Modificador de frase”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



«Segundo o encenador»

No segmento frásico «Uma versão que, segundo o encenador, não contém todo o original do autor romântico», a expressão «segundo o encenador» desempenha a função sintática de modificador do grupo verbal?

A expressão está inserida dentro de um modificador restritivo, mas é "secundarizada" pelas vírgulas, o que lhe pode atribuir uma função diferente.

Na frase apresentada pela consulente, o constituinte «segundo o encenador» desempenha a função sintática de modificador da frase.

O modificador da frase distingue-se do modificador do grupo verbal, porque não pode ser interrogado nem negado. Veja-se a aplicação do teste da negação à frase:

- (1) *«Uma versão que, não segundo o encenador, não contém todo o original do autor romântico.»

Neste caso, «segundo o encenador» não pode ser negado, pois a frase que se gera é agramatical. Por conseguinte, conclui-se que o constituinte «segundo o encenador» funciona como modificador da frase. Note-se que este tipo de modificadores têm uma maior independência prosódica do que os modificadores verbais e, por isso, são demarcados por vírgula.

Relativamente aos modificadores do grupo verbal, observe-se que estes «contribuem para o significado do sintagma verbal, quantificando, qualificando ou localizando (temporal ou espacialmente) a situação que se descreve, mas não representam participantes na situação ou no evento descrito pelo verbo.» (Raposo *et al.*, 2013, p. 1161). Veja-se a seguinte frase:

- (2) «O autor romântico escreveu uma nova versão em casa.»

No caso do modificador do grupo verbal, embora a sua relação com o verbo e os complementos seja mais fraca, resultando na possibilidade de ser omitido sem gerar frases agramaticais, este, contrariamente ao modificador da frase, pode ser negado, como em (3), ou interrogado, como em (4).

- (3) «O autor romântico escreveu uma nova versão não em casa (, mas na biblioteca.)»
(4) «– Foi em casa que o autor romântico escreveu uma nova versão?
«– Em casa.»

Nestas situações, o constituinte «em casa» é um modificador do grupo verbal.

Fonte

Gama, I. (2025). [“Modificador de frase: «segundo o encenador»”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

9. PREDICATIVO DO SUJEITO

O predicativo do sujeito é o constituinte que apresenta uma propriedade do sujeito: informação, comentário, juízo de valor ou até ou uma localização temporal.

O predicativo do sujeito é uma função desencadeada pela presença de um verbo copulativo, como *ser, estar, ficar, parecer, permanecer, continuar, tornar-se, revelar-se*, entre outros. Os verbos copulativos identificam-se por meio de duas propriedades: «(i) a possibilidade de o verbo ocorrer com qualquer tipo semântico de sujeito e (ii) a possibilidade de o verbo ocorrer num sintagma verbal em combinação única e exclusiva com um adjetivo.» (Raposo et al., 2013, p. 1301).

A função de predicativo do sujeito pode ser desempenhada por constituintes como:

→ nome / grupo nominal

(1) «O José é **médico**.»

(2) «Os estudantes são **alunos do professor João**.»

→ adjetivo / grupo adjetival

(3) «Aquele homem é **inteligente**.»

(4) «Todos eles estavam **cansados de esperar**.»

→ advérbio / grupo adverbial

(5) «O João ficou **lá**.»

(6) «Eles ficaram **cá por casa**.»

→ grupo preposicional

(7) «Os alunos permaneceram **de pé**.»

→ orações

(8) «A verdade é **que todo foram ao cinema**.»

Casos particulares



Delimitação do predicativo do sujeito

Venho perguntar pela extensão e abrangência do predicativo do sujeito, o que em alguns casos acho difícil de delimitar. Por exemplo:

Fiquei dececionado com o que fizeste.

Pareces um bandido da velha guarda.

És ridículo quando fazes essas coisas.

Muito obrigado!

Os constituintes com a função de predicativo do sujeito poderão ter naturezas muito distintas, indo de uma palavra isolada (1) a uma oração (2):

(1) «Ele está **cá**.»

(2) «Ele é **o que melhor conhece os nossos hábitos mais antigos**.»

Como se observa pelas frases acima, a extensão do constituinte não é um critério para identificação desta função sintática (ou de outra qualquer), mas sim a sua relação com o sujeito e a presença de um verbo copulativo.

Para delimitar o constituinte com função de predicativo do sujeito, teremos de identificar quais as palavras/grupos de palavras que estabelecem uma relação de maior proximidade. Assim, nas frases apresentadas, podemos sinalizar por meio de parênteses retos os constituintes que detêm maior proximidade e que, por essa razão, desempenham a função de predicativo do sujeito:

(3) «Fiquei [dececionado com o que fizeste].»

(4) «Pareces [um bandido da velha guarda].»

(5) «És [ridículo] quando fazes essas coisas.»

Na frase (3), o grupo preposicional «com o que fizeste» é complemento do adjetivo **dececionado**. É no seu conjunto que este grupo de palavras incide, como predicator, sobre o sujeito.

Na frase (4), o grupo preposicional «da velha guarda» é complemento do nome **bandido**, pelo que mantém com este nome uma relação de proximidade. Logo, é o grupo «um bandido da guarda» que desempenha a função de predicativo do sujeito.

Na frase (5), a oração «quando fazes essas coisas» não está relacionada diretamente com o adjetivo **ridículo**, antes incide sobre o sintagma verbal «és ridículo». Deste modo, podemos concluir que a oração não está incluída no constituinte que detém a função de predicativo do sujeito.

Fonte

Marques, C. (2022). [“Delimitação do predicativo do sujeito”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Constituinte com função de predicativo do sujeito

Na frase «Ninguém está isento de contribuir para melhorar o futuro do país.», a função sintática de predicativo do sujeito é desempenhada por «isento», «isento de contribuir» ou «isento de contribuir para melhorar o futuro»?

Segundo Evanildo Bechara (2019), uma das particularidades que identifica o predicativo do sujeito «é a possibilidade de comutação do predicativo pelo pronome invariável **o**, qualquer que seja o gênero e o número do núcleo do predicativo que substitui, quando o verbo é **ser**, **estar**, **ficar** e **parecer**:

«O trabalho é **proveitoso**.» → «O trabalho é-**o**»

«As alegrias eram **passageiras**.» → «As alegrias eram-**no**.»

«Janete é **minha irmã**.» → «Janete é-**o**.¹» (p. 577)

Se, na frase apresentada na questão, procurarmos substituir os vários constituintes pelo pronome **o**, obtemos os seguintes resultados:

(1) «Ninguém está isento de contribuir para melhorar o futuro do país.»

(1a) *«Ninguém **o** está de contribuir para melhorar o futuro do país.»

(1b) *«Ninguém **o** está para melhorar o futuro do país.»

(1c) «Ninguém **o** está.»

O facto de a única substituição que produz um resultado gramatical ser a frase (1c) permite concluir que o predicativo do sujeito da frase em análise é constituído pelo adjetivo «isento», pelo complemento que este seleciona, «de contribuir», e pela oração subordinada adverbial final que está dependente do verbo **contribuir**. Em síntese, o predicativo do sujeito da frase apresentada é «isento de contribuir para melhorar o futuro do país».

Fonte

Figueira, A. (2028). [“Um caso de predicativo do sujeito”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Adaptou-se a colocação do clítico à norma do português europeu.



«Para mim» como predicativo do sujeito

Gostaria, se possível, que dissertassem um pouco sobre o predicativo do sujeito na seguinte frase «Esse bolo é para mim».

Sabendo que o predicativo é uma característica do sujeito, como defender a ideia de que «para mim» é uma característica de «esse bolo»?

Um verbo copulativo pode combinar-se com predicções de várias naturezas: um sintagma nominal (1), um sintagma adjetival (2), um sintagma preposicional (3) ou um sintagma adverbial (4), entre outras possibilidades:

- (1) «O João é **um homem forte**.»
- (2) «O João é **simpático**.»
- (3) «O João é **do Porto**.»
- (4) «O João está **bem**.»

Os verbos copulativos permitem atribuir uma propriedade ao sujeito ou descrever um estado do sujeito (Raposo et al., 2023, p. 1304). Quando uma preposição é usada para introduzir o predicativo do sujeito, esta representa a relação que as duas entidades (sujeito e predicativo) mantêm entre si (Raposo et al., 2023, p. 359). Neste âmbito, a preposição **para**, que nos interessa em particular, é usada «em constituintes com o papel temático de beneficiário¹, que representam um indivíduo (ou um grupo) que tem algo a ganhar ou a perder com o evento representado na frase» (Raposo et al., 2023, p. 1554).

Assim, se prestarmos atenção à frase apresentada, aqui transcrita em (5), veremos que se trata de uma frase copulativa, na qual se atribui uma propriedade ao sintagma nominal «esse bolo»:

- (5) «Esse bolo é **para mim**.»

O constituinte preposicional «para mim» assinala o beneficiário da situação e, tratando-se de uma construção copulativa, é associado ao sujeito como uma propriedade (transitória) sua.

Fonte

Marques, C. (2022). «[«Para mim» como predicativo do sujeito](#)». Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ «Papel temático» é um termo usado nos estudos linguísticos para descrever semanticamente os constituintes selecionados pelos verbos. «Beneficiário» é um dos papéis temáticos possíveis, a par de «agente» e «paciente», entre outros.

»»» Ver também

Ciberdúvidas vai às escolas



Vídeo 2

Como se identifica o predicativo do sujeito

RESPOSTA

Vídeo 7

O predicativo do sujeito e os verbos copulativos

RESPOSTA

10. PREDICATIVO DO COMPLEMENTO DIRETO

Os verbos **achar, considerar, julgar, eleger, nomear**, entre outros, constituem uma subclasse verbal — os verbos transitivo-predicativos, que se caracterizam por selecionar um complemento direto e um predicativo do complemento direto. O constituinte com esta função predica sobre o constituinte com a função de complemento direto, incidindo sobre ele:

Assim, na seguinte frase

(1) «Acho o teu livro muito interessante.»

observa-se que a forma verbal **acho** é seguida de um complemento direto, «este livro», e de um predicativo do complemento direto, «interessante», conforme ilustra a figura 1, que representa a análise sintática da frase em (1).

Figura 1 — Análise sintática do exemplo (1)

sujeito (nulo subentendido)	predicado		
	verbo	complemento direto	predicativo do complemento direto
(eu)	acho	o teu livro	muito interessante

O mesmo acontece com os outros verbos mencionados acima. Note-se também que o predicativo do complemento direto pode ser realizado quer por diferentes grupos de palavras:

→ um grupo adjetival

(1) «Julgaram a rapariga incompetente.»

→ um grupo nominal

(2) «Considero a Natércia um génio.»

(3) «Elegeram o João presidente.» (ou «Elegeram o João como presidente.»)

(4) «Nomeou a Eva diretora-geral.»

→ um grupo preposicional

(5) «Achei o livro sem interesse.»

→ um grupo adverbial

(6) «Achei o livro muito bem.»

A identificação do predicativo do complemento direto pode fazer-se por meio da pronominalização, uma vez que, com um verbo transitivo-predicativo, a pronominalização dos constituintes que o acompanham só afeta o complemento direto, deixando de fora o predicativo do complemento direto, como se observa em (8):

(7) «Acho-o muito interessante.»

Em (8), o pronome pessoal **o** tem a função de complemento direto, como acontece com «o teu livro» em (1). No entanto, na pronominalização, a palavra **o** só substitui «o teu livro» e não abrange a expressão «muito interessante», o que indica que este último grupo sintático desempenha uma outra função sintática, neste caso, a de predicativo do complemento direto. O mesmo ocorre com os verbos já mencionados:

- (8) «Julgaram-**na** incompetente.»
- (9) «Considero-**a** um génio.»
- (10) «Elegeram-**no** presidente.»
- (11) «Nomeou-**a** diretora-geral.»
- (12) «Achei-**o** sem interesse.»
- (13) «Achei-**o** muito bem.»

Acrescente-se que a sequência formada pelo complemento direto e pelo predicativo do complemento direto, como se apresenta no exemplo (1), pode, com os verbos que se usem como verbos de atividade mental como **achar**, **julgar** e **considerar**, ser convertida numa oração subordinada substantiva completiva:

- (14) «Acho que o teu livro é muito interessante.»

Fonte:

Rocha. M. R. (2001). “Predicativo do complemento direto (p. objeto direto)”. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

11. COMPLEMENTO DO NOME

O complemento do nome é um constituinte que completa o sentido de um nome que o seleciona. Os complementos do nome acompanham nomes dependentes (ou seja, de significação não autónoma), cuja referência, sendo vaga ou genérica, necessita de ser concretizada, explicitada ou de se relacionar com outro constituinte para referir uma dada realidade. Por exemplo, se utilizarmos o nome **amigo**, percebemos que este necessita de um complemento para referir toda a realidade, pois um amigo é sempre «amigo de alguém». Note-se, no entanto, que é possível utilizar estes nomes que pedem complemento isoladamente, o que leva a que a frase fique com um sentido mais vago ou genérico, como se observa pelo confronto entre (1) e (2):

- (1) «O amigo do Rui toca guitarra.»
- (2) «O amigo toca guitarra.»

Natureza dos constituintes com função de complemento do nome

A função sintática de complemento do nome pode ser desempenhada por constituintes com diferentes naturezas:

→ grupo preposicional

- (3) «O fornecedor **de gás** já chegou.»
- (4) «A segurança **dele** é fundamental para nós.»

→ determinante possessivo

- (5) «O **meu** pai chegou tarde ao trabalho.»

→ oração

- (6) «A afirmação **de que as férias são essenciais à boa saúde mental** é incontestável.»

→ adjetivo relacional (em casos particulares de complementação a nomes deverbais)

- (7) «A proclamação **republicana** deu início à mudança.»

Identificação do complemento do nome

Embora não seja possível elaborar uma listagem completa dos nomes que pedem complemento, é possível identificar alguns tipos de nome que normalmente se constroem com este constituinte:

→ nomes deverbais: nomes formados a partir de verbos que se constroem com complemento, estrutura que o nome mantém:

- (8) «Destruir uma casa» → «A destruição da casa»

→ **nomes fragmentadores:**

(9) «uma fatia de...» ou «uma parte de...»

→ **nomes argumentais:**

(10) «autor de...», «ajuda de...», «a hipótese de...»

→ **nomes de parentesco:**

(11) «pai de...», «filho de...»

(12) nomes de estados psicológicos:

(13) «medo de...», «alegria de...»

→ **nomes que denotam obras de arte:**

(14) «livro de...», «filme de...», «capítulo de...»

→ **nomes pictóricos:**

(15) «fotografia de...», «pintura de...»

→ **nome de matéria:**

(16) «mesa de vidro», «fato de seda»¹

Quando um nome deverbal provém de um verbo transitivo direto e indireto, poderá ter dois complementos, um relativo ao complemento direto, outro ao complemento indireto:

(17) «A Maria ofereceu livros ao João.»

(18) «A oferta de livros ao João foi oportuna.»

Nomes derivados de outros nomes, ou de adjetivos, podem igualmente ter complemento:

a) Quando o nome derivado se relaciona com uma atividade, ou profissão, e o sintagma preposicional especifica essa mesma atividade:

(19) «O porteiro do hotel abriu a porta.»

(20) «O artista de circo tem uma profissão arriscada.»

b) Quando o nome derivado de outro nome é um coletivo e a expressão é equivalente a uma frase com o verbo **ter**:

(21) «A vizinhança da Maria» = «A Maria tem vizinhos».

c) Quando o nome deriva de um adjetivo e a expressão equivale a uma frase «copulativa»:

(22) «A elegância da Maria» = «a Maria é elegante» = «a sua elegância» = «a elegância dela».

(23) «A diferença entre o João e o José» = «O João e o José são diferentes».

¹ Proposta apresentada em Mateus (2003, pp. 341-343). No entanto, não se trata de uma interpretação consensual. Em Raposo (2013, pp. 1069-1070) considera-se que estes sintagmas preposicionais modificam o nome enquanto sintagmas preposicionais classificadores.

Casos particulares



A função sintática do constituinte **dele**

*Qual a função sintática desempenhada por **dele** na frase: «Soube muito bem meter-se na pele dele.»?*

O constituinte **dele** desempenha na frase em questão a função sintática de complemento do nome.

O nome **pele**, no contexto em que está a ser usado, corresponde a uma parte do corpo de alguém. Ora, um dos contextos que desencadeia o aparecimento de complementos do nome é aquele em que este «denota[m] entidades que mantêm uma relação de partes a um todo com outra entidade de que são componentes (como, por exemplo, mantêm as partes de um edifício com esse edifício [...])» (Raposo et al., 2013, pp. 743).

Por esta razão, o constituinte «do João», na frase (1), desempenha a função de complemento do nome:

(1) «A pele **do João** é muito sensível.»

Este constituinte pode ser substituído por **dele**, que corresponde à contração da preposição **de** com o pronome pessoal **ele**. Trata-se de uma construção que tem valor possessivo (equivalente ao do determinante possessivo **sua**). Na frase (2), o constituinte **dele** tem igualmente a função de complemento do nome

(2) «A pele **dele** é muito sensível.»

Na frase em análise, estamos perante uma situação idêntica à que se apresenta atrás, pelo que **dele** tem a função de complemento de nome.

Fonte

Marques, C. (2023). [«Complemento do nome: «meter-se na pele dele»](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Complemento do nome vs. modificador do nome

*Como distinguir um complemento do nome de um modificador restritivo do nome?
Por exemplo, na frase «A porta de casa estava aberta», «de casa» é complemento
do nome «porta»?*

O caso apresentado não é fácil de classificar, porque tem um comportamento por vezes ambíguo. A expressão «de casa» pressupõe um ou mais nomes com os quais se relaciona em muitos contextos, à semelhança de outras expressões que resultam de certo tipo de relações (por exemplo, parte-todo), em que nomes que se relacionam previsivelmente com outros, como nos seguintes exemplos:

- (1) «um artista de circo»
- (2) «o porteiro do hotel»
- (3) «a perna da mesa»

Em (1) temos **circo** que se relaciona com **artista**, e em (2), **hotel** que se relaciona com **porteiro**.

Normalmente com palavras derivadas é mais fácil identificar os seus complementos, sobretudo com nominalizações que conservam elementos da sintaxe do verbo de que derivam, isto é, têm estrutura argumental. Por exemplo, em «a oferta do João», temos o constituinte «o João», que corresponde ao sujeito «o João» em «o João ofereceu qualquer coisa».

No caso de «porta de casa» temos uma relação de parte-todo. Maria Helena Mira Mateus et al. (2003, pp. 341-342), nestes casos, considera que palavras como **artista**, **porteiro** e **perna** são nomes relacionais e têm paralelo com os nomes que têm estrutura argumental. Um dos testes que definem é o de a expressão preposicional não poder ser separada do núcleo (o nome) do grupo nominal a que pertence, como em (4):

- (4) *«a porta estava aberta de casa»

Outro teste consiste numa deslocação que envolva quantificadores, demonstrativos ou cardinais:

- (5) a. «Abri todas as / cinco/ estas portas de casa.»
b. «Portas de casa, abri todas/cinco/estas.»
c. *«Todas as/ cinco/ estas portas abri de casa.»

É, pois, possível dizer que, na expressão «porta de casa», «de casa» é complemento do nome.

Além disso, pode-se distinguir um modificador de nome de um complemento de nome através de algumas propriedades¹:

- a) a comparação com as propriedades léxico-sintáticas de expressões relacionáveis

¹ Tópicos baseados no guião distribuído na ação de formação *Inovação e Tradição no Ensino do Português: a Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, realizada em outubro e novembro de 2005 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Por exemplo: «um estudante de linguística» / «O Pedro estuda linguística», mas «um estudante de cabelo comprido» / *«O Pedro estuda cabelo comprido».

- b) A coordenação só possível entre complementos ou entre modificadores

Por exemplo: «um estudante de linguística e de literatura», mas *«um estudante de linguística e de cabelo comprido».

- c) Os modificadores podem ocorrer em cascata, ao contrário dos complementos

Por exemplo: «um estudante que vive em Évora de cabelo comprido», mas *«um estudante de linguística de literatura».

- d) Os complementos só mostram compatibilidade com os nomes que os selecionam

Por exemplo: «um estudante de linguística», mas *«uma criança de linguística».

- e) Os complementos precedem os modificadores se forem da mesma categoria sintática

Por exemplo: «um estudante de linguística de cabelo comprido», mas *«um estudante de cabelo comprido de linguística».

Verifiquemos estas propriedades em «de casa»:

- (6) a. A porta de casa (= a casa tem porta)
b. A porta verde (mas *«A porta tem verde»)
- (7) a. A porta de casa e da rua
b. * A porta de casa e verde
- (8) a. A porta de casa da rua
b. * A porta verde de madeira
- (9) a. *O volante de casa
b. a porta/o volante verde
- (10) a. uma porta de casa de madeira
b. *uma porta de madeira de casa.

Vemos, portanto, que, nos exemplos (6) a (10), «de casa» tem o comportamento de um complemento de nome. Em (6), permite a relação com a frase «a casa tem porta»; em (7), revela incompatibilidade com um adjetivo qualificativo, mas pode ficar coordenado ao complemento preposicional «da rua»; em (8a), não aceita a construção “em cascata”; em (9a), **volante** não seleciona «de casa»; e, em (10a), pode preceder «de madeira», modificador, mas não pode ser precedido por este em (10b).

Fonte

Rocha, C. (2006). [“Os complementos e os modificadores restritivos do nome”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



A função de «da empresa» em «o edifício da empresa»

Num exercício, pede-se que se identifique a frase, entre as 5 seguintes, que não inclui um complemento do nome:

- (1.) «A beleza da Ana é inigualável.»
- (2.) «A certeza de que ia vencer levou-o a persistir.»
- (3.) «O regresso do João foi efusivo.»
- (4.) «O edifício da empresa vai entrar em obras.»
- (5.) «O grupo de turistas estava entusiasmado.»

Tenho dúvidas na 4 e 5. A solução remete para a 4, mas não consigo incluir a 5 no grupo de palavras que pedem complemento do nome, enquanto na 4 me parece que podemos ver o edifício como parte de um todo.

A proposta de correção do exercício parece aceitável.

Começemos por analisar a última frase apresentada, aqui transcrita como (1):

- (1) «O grupo de turistas estava entusiasmado.»

O nome **grupo** é um nome comum coletivo se usado na aceção de “Número de pessoas ou de coisas que formam um todo” (*Priberam*). Alguns nomes coletivos são nomes dependentes, ou seja, exigem um complemento para denotar um conjunto concreto. É o caso da palavra **grupo**, que, podendo designar um conjunto de várias realidades distintas, pede complemento que especifique a realidade referida.

Por outro lado, a penúltima frase, aqui transcrita como (2), inclui o nome **edifício**, que é um nome independente, ou seja, não pede complemento para completar a sua significação:

- (2) «O edifício da empresa vai entrar em obras.»

Não parece que se possa falar de uma relação parte-todo entre **edifício** e **empresa**, porque, semanticamente o nome **empresa** não parece incluir uma parte designada **edifício** (há empresas sem nenhum edifício físico).

Não obstante, se a intenção da frase se orientar no sentido de estabelecer entre **edifício** e **empresa** uma relação de posse (a empresa tem um edifício), então será possível fazer corresponder o constituinte «da empresa» à função sintática de complemento do nome. Todavia, sem outro contexto que não a frase apresentada, tal não me parece ser a leitura preferencial.

Fonte

Marques, C. (2022). «Complemento do nome vs. modificador: «o edifício da empresa»». Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



Complementos do nome e modificadores restritivos

Por que razão em «a construção do edifício», «a oferta de livros» e «a estação do metro» estamos perante o complemento do nome, e em «o rapaz de barba», «o passeio de barco» e já estamos perante o modificador restritivo? Em termos semânticos, parecem-me tão obrigatórios uns como outros.

Os nomes cujo complemento é mais facilmente identificado são os deverbais, ou seja, aqueles que derivam de um verbo. Esses nomes têm como complementos as mesmas entidades que integram o predicado cujo núcleo é o verbo. Vejamos as frases:

- (1) «A empresa construiu um edifício.»
- (2) «A construção do edifício foi célere.»

Repare-se que **edifício** em (1) é núcleo do grupo nominal que tem a função de complemento direto do verbo, ou núcleo do predicado. Em (2), por sua vez, é complemento do nome, ligado a esse nome pela preposição **de**. Esta é a transposição habitual, sempre que um verbo dá origem a um nome. E é a mesma situação que ocorre na expressão «oferta de livros», dado que oferta é um nome deverbal, que deriva de um verbo transitivo.

Assim, relativamente aos exemplos apresentados, em «a construção do edifício» e «a oferta de livros», estamos perante complementos, uma vez que o nome núcleo do grupo nominal é deverbal, construído a partir de um verbo

Em «a estação do metro», temos uma construção que pode enquadrar-se na relação parte-todo, sendo **estação** merónimo do holónimo **metro**.

Em «o passeio de barco», embora **passeio** seja um nome deverbal, «de barco» não é argumento de **passear**. Se fosse «o passeio do João», como transposição de «O João passeia», já estaríamos perante um complemento, uma vez que «o João» é argumento externo do verbo.

Em «o rapaz de barba», não consigo integrar a relação estabelecida em nenhuma das descrições feitas acima, pelo que consideraria «de barba» como modificador.

Fonte

Prada, E. (2009). [“Complementos do nome e modificadores restritivos”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.



O complemento do nome na expressão «classe social»

*Na expressão «classe social», o adjetivo **social** desempenha a função sintática de modificar restritivo do nome ou complemento do nome? A minha interpretação é que se trata de um complemento do nome que está intimamente ligado ao nome e com a forma de um grupo adjetival (da sociedade).*

O adjetivo **social** desempenha, na expressão em apreço, a função sintática de complemento do nome.

O nome **classe** é um coletivo, na medida em que significa «conjunto de indivíduos, animais ou objetos com características comuns» (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*). Os nomes coletivos são geralmente nomes dependentes¹, ou seja, necessitam de um complemento para denotar um conjunto concreto. No caso do constituinte «classe social», o adjetivo **social** vem permitir ao nome que designe «um conjunto de indivíduos que partilham interesses ou afinidades culturais, económicas...» (*Idem*).

Refira-se, ainda, que normalmente, o complemento do nome tem a forma de um grupo preposicional introduzido pela preposição **de**, no entanto, este pode também ter uma natureza adjetival, como acontece, por exemplo, em

(1) «agrupamento escolar»

(2) «assembleia estudantil»

(3) «equipa médica»²

É este o caso do adjetivo **social** ao associar-se ao nome **classe**.

Fonte

Marques, C. (2019). [“O complemento do nome na expressão «classe social»”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Existem, todavia, nomes coletivos que são independentes, pelo que não necessitam de complemento, como **biblioteca** ou **cardume**, por exemplo (cf. Raposo *et al.*, 2013, pp. 745-747).

² Exemplos retirados de Raposo *et al.* (2013, pp. 746).

»»» Ver também

Ciberdúvidas vai às escolas



Vídeo 4

Como se distingue modificador do nome de complemento do nome?

RESPOSTA

Vídeo 11

Como se distingue o complemento do nome de outros complementos?

RESPOSTA

12. MODIFICADOR DO NOME

A função sintática de modificador do nome é desempenhada por constituintes que não são selecionados pelo nome, pelo que podem ser omitidos da frase sem afetar a sua gramaticalidade. Assim, o modificador associa ao nome propriedades adicionais, restringindo o seu sentido ou clarificando a sua significação.

A função de modificador pode ser desempenhada pelos seguintes constituintes:

→ **grupo nominal**

(1) «António, **o médico**, dá consultas à segunda-feira.»

→ **determinante possessivo** (equivalente a um grupo preposicional com valor de posse, introduzido por **de**)

(2) «A **tua** casa ficou muito bonita.»

→ **grupo adjetival**

(3) «Os livros **azuis** ficaram na prateleira.»

→ **um grupo preposicional:**

(4) «A escola **da minha amiga** fica muito longe.»

→ **oração**

(5) «A jovem **que chegou** é familiar dos donos da casa.

Os modificadores de nome podem ser de dois tipos:

→ **restritivos**: incidem sobre o nome, ao qual se ligam diretamente restringindo o seu significado:

(6) «a rapariga **morena**.»

(7) «o livro **que leste no sábado**.»

→ **apositivos**: são expressões destacadas por vírgulas que incidem sobre o nome fornecendo sobre ele informações variadas:

(8) «D. Dinis, **rei de Portugal**, escreveu esta cantiga.»

(9) «D. Dinis, **que se destacou como poeta**, nasceu em 1261.»

Casos particulares



Modificador do nome apositivo: «Entusiasmada, a professora sorriu»

1. Entusiasmada, a professora sorriu.

2. A professora, entusiasmada, sorriu.

3. A professora sorriu entusiasmada.

Nas três frases, pode considerar-se que o adjetivo tem um valor adverbial e que desempenha a função sintática de modificador do grupo verbal em todas as ocorrências (grupo móvel)? Considerando a possibilidade de, nas frases 1 e 2, ser um modificador do nome apositivo, esta função sintática pode ser constituída por um grupo adjetival (considerando a informação do [Dicionário Terminológico](#), onde se lê que, tipicamente, são grupos nominais ou orações)?!

Ou é obrigatório subentender-se uma oração subordinada adjetiva relativa explicativa («que estava entusiasmada»)?! Neste caso, só na frase 2 isso seria possível...

Nas frases em questão, o constituinte **entusiasmada** é um adjetivo que desempenha a função de modificador do nome apositivo.

Antes de mais, comprovamos que **entusiasmada** é um adjetivo pelo facto de admitir flexão em grau, sendo compatível com o advérbio **muito**:

(1) A professora, **muito** entusiasmada, sorriu.

Para além disso, comprova-se que **entusiasmada** incide sobre o grupo nominal «a professora» pelo fenómeno de concordância. Uma alteração no género e número deste nome geraria alterações no adjetivo, como se observa nas frases (2) e (3):

(2) «O professor, muito entusiasmado, sorriu.»

(3) «As professoras, muito entusiasmadas, sorriram.»

A função sintática desempenhada pelo adjetivo identifica-se pelo facto de este incidir sobre o grupo nominal, independentemente da sua posição na frase. Uma vez que não constitui um complemento pedido pelo nome **professora**, desempenha a função de modificador do nome. Trata-se em particular de um modificador apositivo porque não restringe o valor referencial do nome, constituindo, antes, um comentário que pode ser eliminado da frase sem prejudicar a sua gramaticalidade. Neste caso particular, o modificador corresponde a um comentário avaliativo sobre a realidade denotada pelo nome (Mateus et al., 2003, p. 366), pelo que o adjetivo terá uma natureza avaliativa (mais do que adverbial). Recorde-se que os adjetivos avaliativos «expressa[m] uma avaliação subjetiva, geralmente da responsabilidade do falante, acerca das entidades referidas pelo sintagma nominal» (Raposo et al., 2013, p. 1387).

Refira-se ainda que quando os adjetivos não são identificadores, ainda que incidam sobre o nome, podem surgir noutros locais da frase (Mateus et al., 2003, p. 369), o que justifica a possibilidade das frases (4) e (5), abaixo, sem que a função do adjetivo se altere. Outra leitura possível é a de que o adjetivo poderá ter uma leitura não atributiva (como se propôs acima), mas predicativa. Neste caso o adjetivo não integra o sintagma nominal «a

professora», mas antes predica sobre ele e pode ser separado dele. Nesta leitura, o adjetivo é compatível com advérbios como **já** ou **ainda**, o que geraria frases como as que se apresentam de seguida:

(4) «A professora, já entusiasmada, sorriu.»

(5) «Já entusiasmada, a professora sorriu.»

(6) «A professora sorriu já entusiasmada.»

Neste caso, embora a função do constituinte tenha uma leitura predicativa, há que deixar algumas ressalvas. Em primeiro lugar, o verbo **sorrir** não é copulativo (o que se comprova pelo facto de este verbo seleccionar um sujeito [+humano], o que não acontece com os copulativos que não impõem restrições semânticas ao sujeito). Em segundo lugar, o constituinte «entusiasmadas» não desempenha a função de típico predicativo do sujeito. Trata-se antes de um constituinte predicativo adjunto, ou dito de forma mais simples, de um predicativo do sujeito não seleccionado. Estes são constituintes com um comportamento próximo dos modificadores do grupo verbal^{1 2}.

Fonte

Marques, C. (2024). [“Modificador do nome apositivo: «Entusiasmada, a professora sorriu»”](#). Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹ Para mais informações sobre este aspeto, cf. Raposo (2013, pp. 1351-1356).

² Note-se que esta última análise não se enquadra nos conteúdos gramaticais previstos para o ensino não universitário, pelo que não se aconselha que seja proposta aos alunos.



Modificadores apositivos

Na frase «o presidente do conselho de administração da Infortecnol, empresa do sector das tecnologias de informação e comunicação, Pedro António Manuel, também conhecido por Pedro Manico, chega hoje à minha terra natal», verifica-se que a expressão «o presidente do conselho de administração da Infortecnol» é complementada por três elementos, todos separados por vírgula, que dão informação adicional.

Nesse sentido, podem as expressões «empresa do sector das tecnologias de informação e comunicação», «Pedro António Manuel» e «também conhecido por Pedro Manico» ser classificados, conjuntamente, como modificadores apositivos?

Se não, que função sintática caberá a cada uma delas?

Na frase em questão, todos os constituintes desempenham a função de modificador do nome apositivo.

O modificador é um constituinte que não é selecionado. Por esta razão, poderá ser omitido da frase sem prejudicar a sua gramaticalidade. Com efeito, na frase transcrita em (1), todos os constituintes assinalados por parênteses retos poderão ser omitidos da frase sem que esta fique agramatical, o que indica que são modificadores:

(1) «O presidente do conselho de administração da infortecnol, [empresa do sector das tecnologias de informação e comunicação], [Pedro António Manuel, [também conhecido por Pedro Manico]], chega hoje à minha terra natal»

Note-se, todavia, que nem todos os constituintes são modificadores do mesmo nome. Assim,

- o constituinte «empresa do sector das tecnologias de informação e comunicação» incide sobre **Infortecnol**;
- o constituinte «Pedro António Manuel, também conhecido por Pedro Manico» incide como um todo sobre «O presidente do conselho de administração da infortecnol»;
- o constituinte «também conhecido por Pedro Manico» incide sobre «Pedro António Manuel», daí integrar o grupo nominal que tem com o núcleo este substantivo.

Na qualidade de modificadores, os constituintes em questão apresentam informação adicional sobre o nome. Neste caso particular, uma vez que não restringem a significação do nome sobre o qual incidem, todos estes modificadores do nome são apositivos.

Fonte

Marques, C. (2024). "[Modificadores apositivos](#)". Ciberdúvidas da Língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bechara, E. (2019) *Moderna gramática portuguesa* (39.^a ed.). Nova Fronteira e Lucerna.
- Luft, C. (2009) *Dicionário prático de regência verbal* (8.^a edição). Ática.
- Mateus et al., (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições Caminho.
- Nunes, C. & Sardinha, L. (1999). *Vocabulário de Regime Proposicional de Verbos*. Didáctica Editora.
- Oliveira, M. C. P. (2001). *As frases copulativas com ser: natureza e estrutura*. Dissertação de mestrado [apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Raposo, E. et al. (2013). *Gramática do Português*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Direção-Geral de Educação/Ministério da Educação (2009). *Dicionário Terminológico*. <http://dt.dge.mec.pt/>



iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

©

Carla Marques, Carlos Rocha e Inês Gama
(organização)

Primeira publicação: Novembro de 2025

ISSN: 2975-9889

Conselho Editorial :

Rosário Mauritti (coordenadora)

Helena Belchior-Rocha

Susana Cruz Martins

Cecília Aguiar

Teresa Segurado

Copyright: Laboratório de Competências
Transversais - Iscte, Ciberdúvidas da Língua
Portuguesa

Contactos:

Laboratório de Competências Transversais

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 210 464 020

Correio eletrónico: lct@iscte-iul.pt

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Edifício 4 - Sala 007

Tel.: (+351) 210 464 504

Correio eletrónico: ciberduvidas@iscte-iul.pt